



RIO BRAVO

estratégias estratégias

Maio 2023



Empates no finalzinho

por Gustavo Franco



As primeiras votações importantes desta presidência ocorreram em maio, e com resultados não surpreendentes, ainda que repletos de interpretações, recados e mensagens. Tem sido difícil estabelecer julgamentos muito claros sobre como será o relacionamento entre Executivo e Legislativo no restante deste mandato presidencial. Qual a índole deste governo já com cinco meses de atividade? Quais os reais espaços para a implementação de seus planos econômicos? E quais são mesmo os seus planos econômicos?

“Já dentro do sexto mês da nova administração, os 100 dias de graça ficaram para trás e há muito mais dúvidas do que realizações claras a comemorar”

Já dentro do sexto mês da nova administração, os 100 dias de graça ficaram para trás e há muito mais dúvidas do que realizações claras a comemorar. Na verdade, não existe muita clareza sobre quais são os planos. A relação com o Legislativo parece tão difícil que é melhor não declarar as prioridades.

Há vitórias, empates e derrotas, um evidente reconhecimento de que o campeonato é longo, mas que já está em pleno andamento e que há diversos pontos de atenção. A vitória mais importante foi a votação do projeto de Lei Complementar do chamado “arcabouço fiscal”, na qual a proposta do governo, na forma do relatório do relator, deputado Claudio Cajado (PP-BA), teve 372 votos contra 108 da oposição.

Entretanto, é menos claro se os pontos vão para o governo federal ou para o presidente da Câmara dos Deputados. A votação do “arcabouço”, vista de um ângulo político, parece um prosseguimento da votação da PEC da Transição (EC 126/2022), ou seja, a versão operacional das condições de governabilidade

orçamentária concedidas na PEC, mas pelo Congresso anterior. É como se fosse parte de uma agenda pré-governo, com foco em assegurar uma transição viável.

Foram muitas as resenhas do “arcabouço” e de seus números. Não se trata de uma “bala de prata” no terreno fiscal, ainda que seja um movimento na direção certa. Isso não é pouco para um governo meio sem convicção e sem muitos planos nesse terreno. Resta ver o que virá em matéria de aumento da receita, sem o qual o ministro da Fazenda terá de lidar com um assunto que lutou muito para evitar, o da redução de despesa.

Ao fim das contas, o arcabouço não é tão rígido quanto o regime anterior do Teto de Gastos, ainda que, em suas versões finais do novo dispositivo, essa assimetria tenha diminuído. A flexibilidade foi bem recebida pelo governo, e para o Legislativo foi importante afastar qualquer ideia de alterar a dinâmica orçamentária, em especial o mecanismo das emendas parlamentares, mandatórias ou não.

Ficou afastada a ideia de se adotar o texto da lei de finanças públicas que já vinha pronta do Senado, a fim de não alterar o *modus operandi* do orçamento público tal como regido pela Lei 4.320/1964.

“Em um contexto de equilíbrio fiscal não tão rigidamente definido, o Executivo perde força ao tentar emparedar o Banco Central para impor a redução nos juros”

A consequência mais óbvia de um equilíbrio fiscal não tão rigidamente definido, o que equivale a uma política fiscal meio morna, é que o Executivo perde força ao tentar emparedar o Banco Central para impor a redução nos juros. Os riscos fiscais ficaram mais ou menos do mesmo

tamanho, uma vez que algumas ideias que andaram circulando pelos grupos de transição, e que poderiam trazer uma catástrofe monetária e fiscal, sequer faziam parte das contas da Autoridade Monetária.

Em maio, finalmente, o Executivo indicou os dois nomes a serem considerados pelo Senado para duas posições de dirigentes do Banco Central cujos ocupantes – Bruno Serra, diretor de política monetária; e Paulo Souza, diretor de fiscalização – tiveram seus mandatos terminados em 28 de fevereiro. A demora na escolha de novos nomes indica a dificuldade de recrutamento, afinal resolvida com a inesperada indicação de Gabriel Galípolo, secretário Executivo do ministro Fernando Haddad, para a política monetária, junto com Ailton Aquino dos Santos, funcionário de carreira, para a fiscalização.

Seria uma fórmula para preparar Galípolo para assumir a presidência da instituição quando Roberto Campos Neto tiver seu mandato encerrado em dezembro de 2024? Como será a convivência e entrosamento de Galípolo com os outros membros de um colegiado que sempre operou por consenso?

Na terceira reunião do COPOM nesta presidência, ocorrida no começo de maio, o Banco Central manteve os juros em 13,75%, mas as queixas de natureza política, inclusive do presidente da República, foram menores e menos frequentes. De igual modo, as falas vindas do Banco Central foram mais amenas, bem como os números da inflação. Todos esperam que o segundo semestre seja de juros cadentes. Possivelmente com Galípolo já contribuindo com o seu voto, talvez nem mesmo em sentido divergente.

Outra vitória parlamentar do governo, mas que contou como derrota, ou talvez mais precisamente como um empate heroicamente obtido nos últimos minutos, foi o salvamento da mais básica de todas as medidas provisórias do novo presidente, a de número 1.154/23, que “estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios”, e segundo a sua exposição de motivos “se insere no contexto de reconstrução e transformação do Brasil, nos termos do Programa de Governo consagrado nas urnas em 30 de outubro de 2022”.

Seria inimaginável que justamente essa MP fosse desfigurada, seria uma derrota gravíssima e um sintoma de enorme fraqueza política. O relatório do relator, de autoria do deputado Isnaldo Bulhões Jr. (MDB-AL), causou ultraje nos governistas, como se

fosse uma violação expressa à vontade das urnas. É claro que todos sabem que as mesmas urnas que elegeram o presidente da República também deram os poderes de que dispõe o Legislativo.

Na prática, seria difícil de se imaginar a não aprovação dessa MP. Na área econômica, por exemplo, a rejeição da MP implicaria em se retroagir à organização administrativa anterior, com restauração do superpoderoso ministério da Economia que existiu sob o comando de Paulo Guedes.

A MP 1.154/23 decompôs o antigo ministério da Economia em seis: Fazenda, Planejamento, Gestão, Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Trabalho e Previdência. Cinco ministros perderiam suas cadeiras, incluindo personagens como Simone Tebet e Geraldo Alckmin.

Todos no Parlamento sabiam que esta MP não poderia ser rejeitada, tendo em vista as consequências. Seria uma crise. Mesmo assim, o governo foi levado à beira do precipício, e para não cair teve que aceitar algumas alterações sérias no texto original. As mais doloridas foram as que enfraqueceram o compromisso do presidente com as pautas ambientais e com a ministra Marina Silva, considerando as alterações no organograma da pasta que tiveram que ser absorvidas.

O desprestígio político da ministra ocorreu simultaneamente à negativa por parte do IBAMA de permissão à Petrobras para iniciar estudos para a prospecção de petróleo na chamada “margem equatorial” (faixa de litoral que vai do Maranhão à Ilha de Marajó).

A empresa pretende insistir no assunto, o que tende a provocar um impasse ampliado: forçar a mão no que o governo percebeu como próximo a um “novo pré-sal” pode danificar seriamente a percepção internacional, e mesmo local, de uma associação do presidente às pautas personificadas pela ministra Marina Silva.

O fato é que foi apenas depois de muito esforço, aí incluída a liberação *ad hoc* de recursos para emendas de parlamentares, que o governo conseguiu reverter o que parecia uma derrota certa num assunto em que nem deveria haver muita dúvida.

Saiu novamente muito fortalecido o presidente da Câmara, deputado Arthur Lira, que não se furtou a chamar a atenção da opinião pública em cores vivas para as deficiências da articulação política do Governo.

O presidente da República banalizou a disputa no Parlamento, mas o consenso foi de que o governo enfrentou um enorme desgaste, e se não foi uma derrota, foi um empate salvador e inesperado.



As últimas semanas também não foram boas para o presidente da República em suas iniciativas de política externa”

Política externa

As últimas semanas também não foram boas para o presidente da República em suas iniciativas de política externa, uma agenda de “relações públicas”, parecendo uma campanha pessoal do chefe do Executivo para uma premiação internacional, e que foram tiros pela culatra. O primeiro episódio foi na reunião do G7 em Hiroshima, no Japão, quando o presidente se viu constrangido pela acolhida calorosa ao presidente da Ucrânia Volodymyr Zelensky, que Lula se empenhava em ignorar. Ficou péssima a imagem de Lula isolado, enquanto do outro lado de uma grande mesa em “U” estava Zelensky, generosamente festejado por outros líderes, inclusive o primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi, suposto aliado na “estratégia diplomática” de Lula num assunto muito distante das realidades brasileiras.

No segundo episódio, o problema foi com o presidente da Venezuela, Nicolas Maduro, que visitou o Brasil no contexto de uma reunião de líderes regionais. Lula deu longas e polêmicas declarações simpáticas a Maduro, inclusive numa coletiva conjunta, ressaltando até mesmo a democracia na Venezuela. Tais declarações, a seguir, foram frontalmente questionadas pelos outros líderes latino-americanos participantes da reunião, como os presidentes Chile, Gabriel Boric, e do Uruguai, Luis Alberto Lacalle Pou. Um vexame.

Os desgastes com o Legislativo e na política externa pareciam compor um quadro ruim para o novo governo em seu quinto mês. O anúncio um tanto atrapalhado de uma estratégia de “neoindustrialização” pelo vice-presidente, e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, e em seguida a de apoio ao “carro popular” em nada alteraram a impressão já se firmando de um governo sem projeto na economia, recorrendo aos programas de administrações petistas do passado e muito flagrantemente improvisando.

Foi então que veio a notícia do crescimento do PIB no primeiro trimestre: 1,9% de crescimento no trimestre sobre o trimestre anterior era um número muito forte, e bem maior que a mediana das expectativas. Em condições normais uma notícia boa, porém, a explicação para a surpresa residiu integralmente no comportamento do PIB agropecuário, 21,6% de crescimento no trimestre sobre o trimestre anterior. Era um “Pibão desconfortável”, conforme definiu um observador atento, uma vez que o governo parece associar o agro ao governo anterior.

De toda maneira, foi uma boa notícia de envergadura suficiente para colocar tudo o mais em perspectiva. Outro empate salvador, nos últimos minutos.

Renda Fixa

Crédito privado



Evandro Buccini

Por Evandro Buccini e Alex Hirai

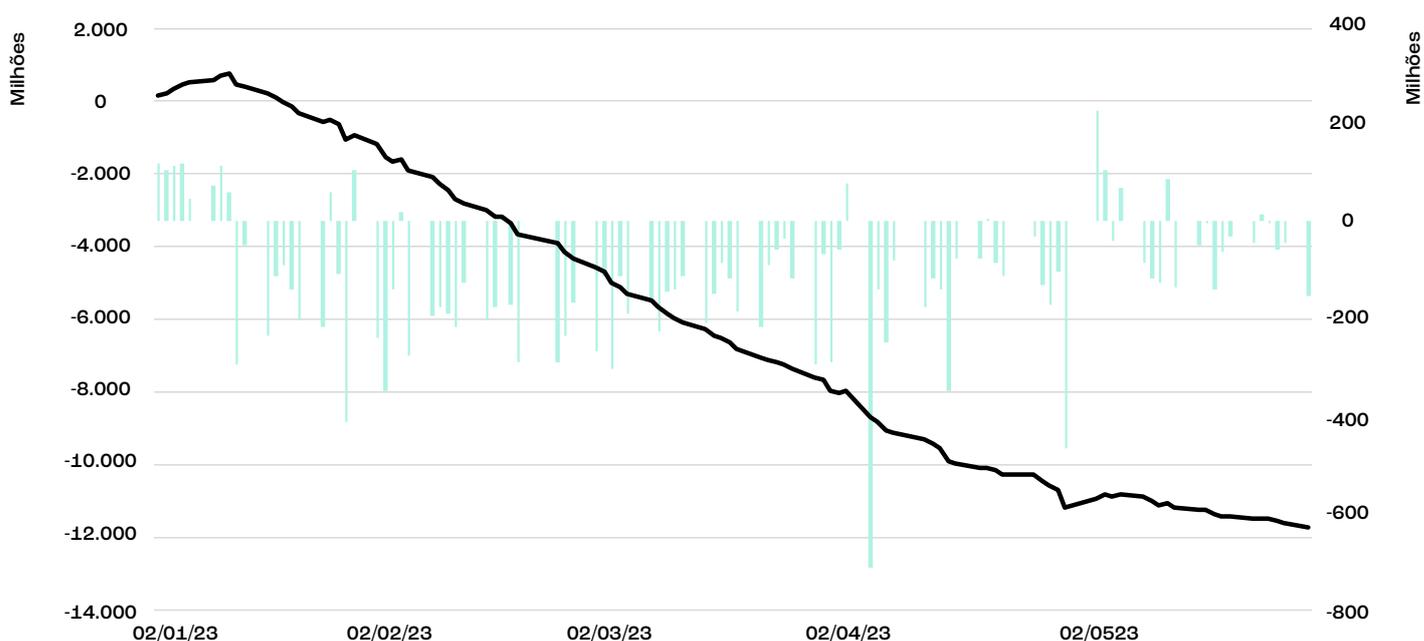
Sinais positivos de recuperação no crédito privado

Durante o mês de maio, a classe de ativo de crédito privado demonstrou sinais positivos de recuperação. Observamos uma redução na velocidade de resgastes em mais de 40 fundos de crédito privado com resgate

até D+45, o que alivia a pressão de vendas forçadas no mercado secundário. Saindo de um patamar de captação líquida negativa de ~R\$ 3,0 bilhões nos últimos três meses para ~R\$ 576mm, conforme a tabela abaixo.

R\$ mm	D+1	D+45	Total
Janeiro	-1.892	368	-1.523
Fevereiro	-3.189	8	-3.182
Março	-3.113	-149	-3.262
Abril	-3.133	-69	-3.201
Maio	-702	127	-576
Total	-12.029	285	-11.744

Captação Líquida Renda Fixa Acumulado YTD (até D+45)

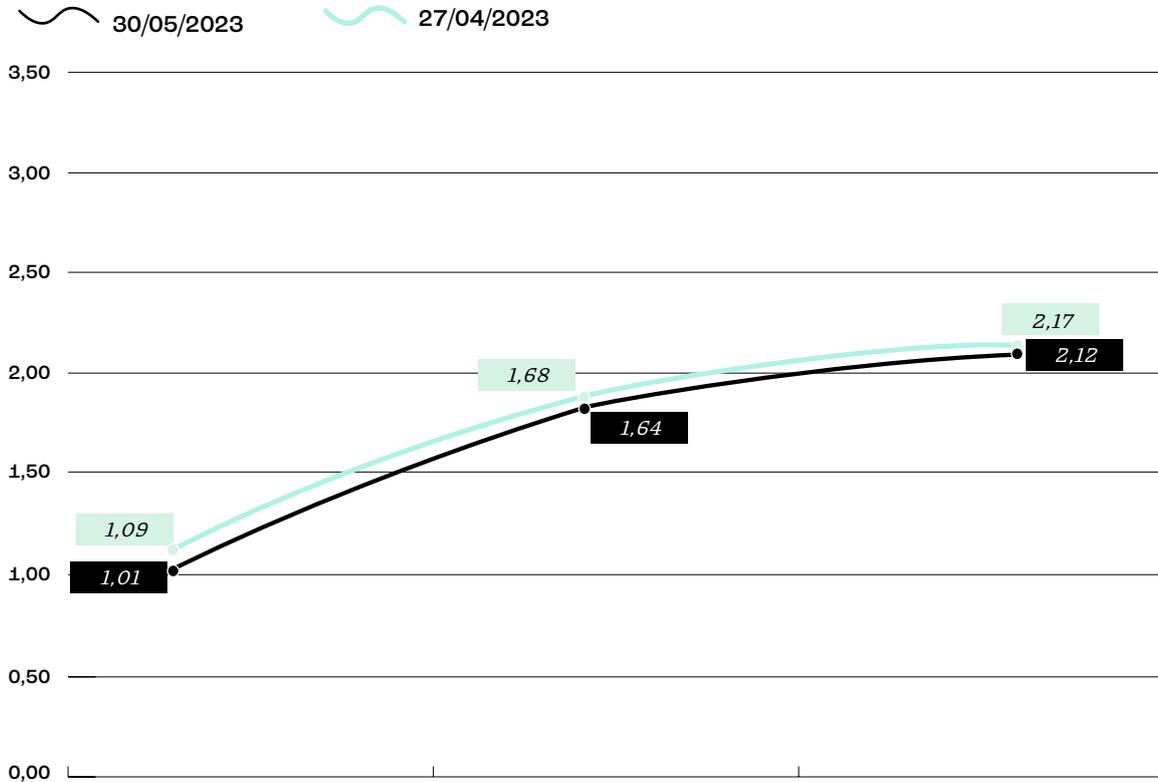


Fonte: Quantum e CVM

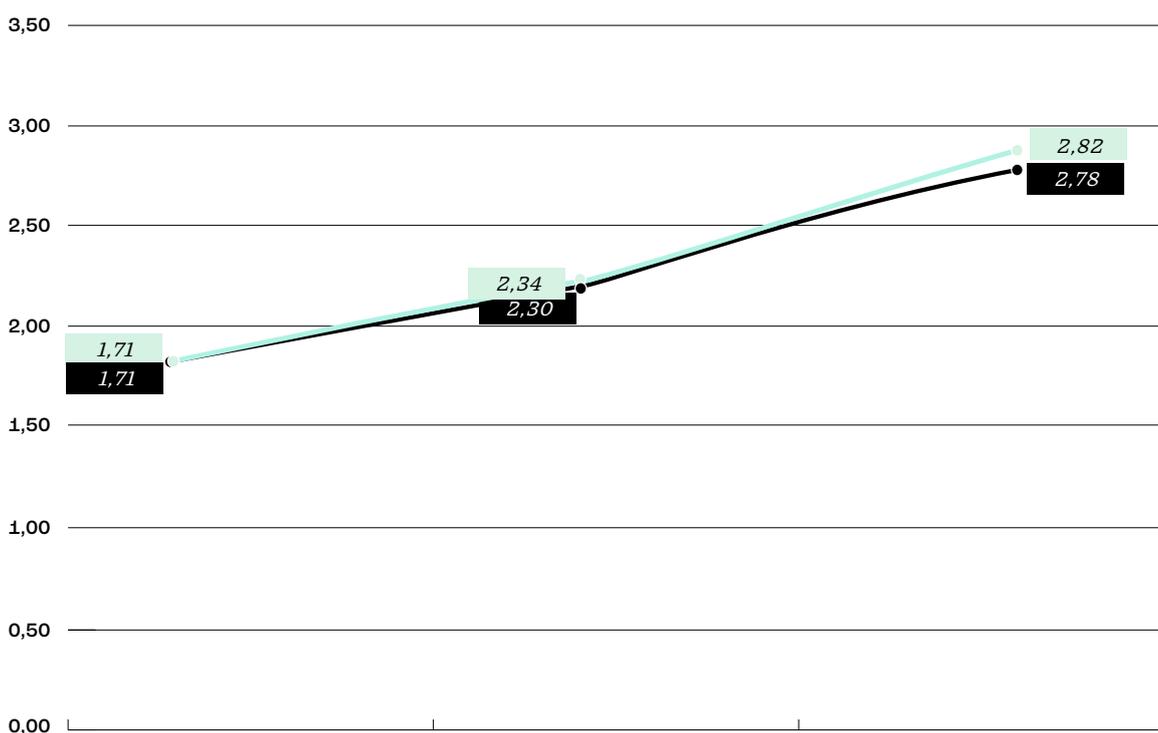
A redução no volume de resgates e a retomada das emissões primárias fizeram com que os *spreads* de crédito demonstrassem sinais de estabilidade e até

mesmo um leve fechamento nas debêntures AAA, conforme as curvas publicadas pela ANBIMA entre os dias 27/abri/23 e 30/maio/23.

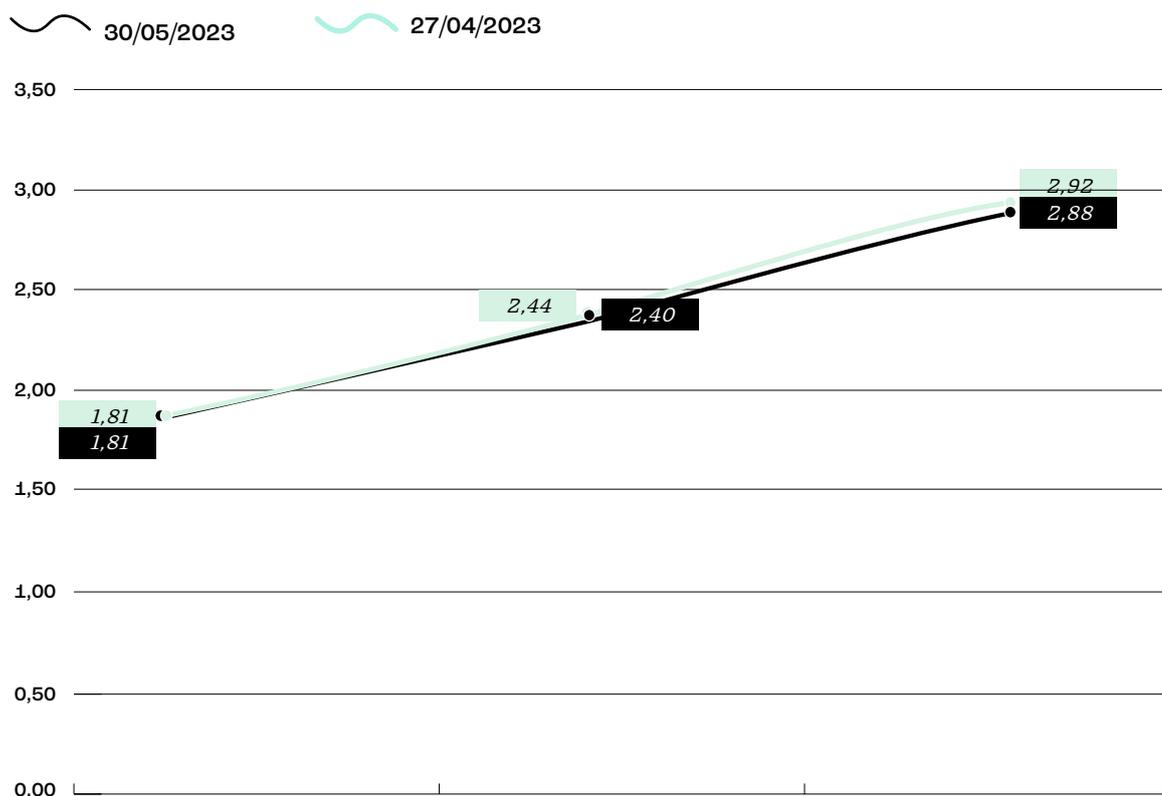
CDI + AAA



CDI + AA



CDI +A

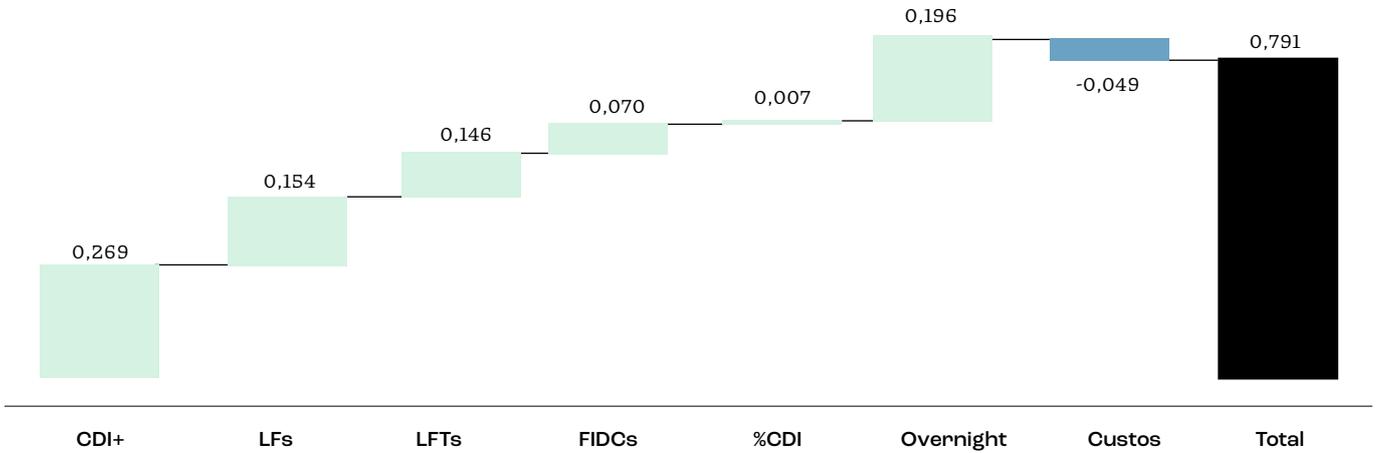


Fonte: ANBIMA

Acreditamos que esse movimento de fechamento de spreads e estabilidade nos níveis de resgates são prenúncios de um período positivo, mostrando uma janela interessante para investimento em crédito privado. A nossa previsão de que os emissores com boa qualidade de crédito e com boa previsibilidade de geração de caixa, como são os dos setores de rodovias, saneamento, transmissão e locação, se recuperariam mais rápido se concretizou. Ainda existe gordura nesses ativos e devemos continuar a observar recuperação nos spreads ao longo do ano.

O rendimento do fundo **Rio Bravo Crédito Privado** de 70,8% do CDI no mês de maio foi impactado pela marcação a mercado de Unigel, tradicional empresa do setor químico. Com a deterioração das margens de produtos químicos e fertilizantes, a empresa anunciou adiamento de investimentos e início de operação do projeto de ácido sulfúrico para 2024. No entanto, pela diversificação da carteira, conseguimos entregar um retorno positivo. As carteiras de LFs e FIDCs tiveram um retorno equivalente de 106% e 132% do CDI. Já as classes de debêntures indexados a DI+ e % do DI apresentaram retorno de 44% e 120% do CDI, respectivamente.

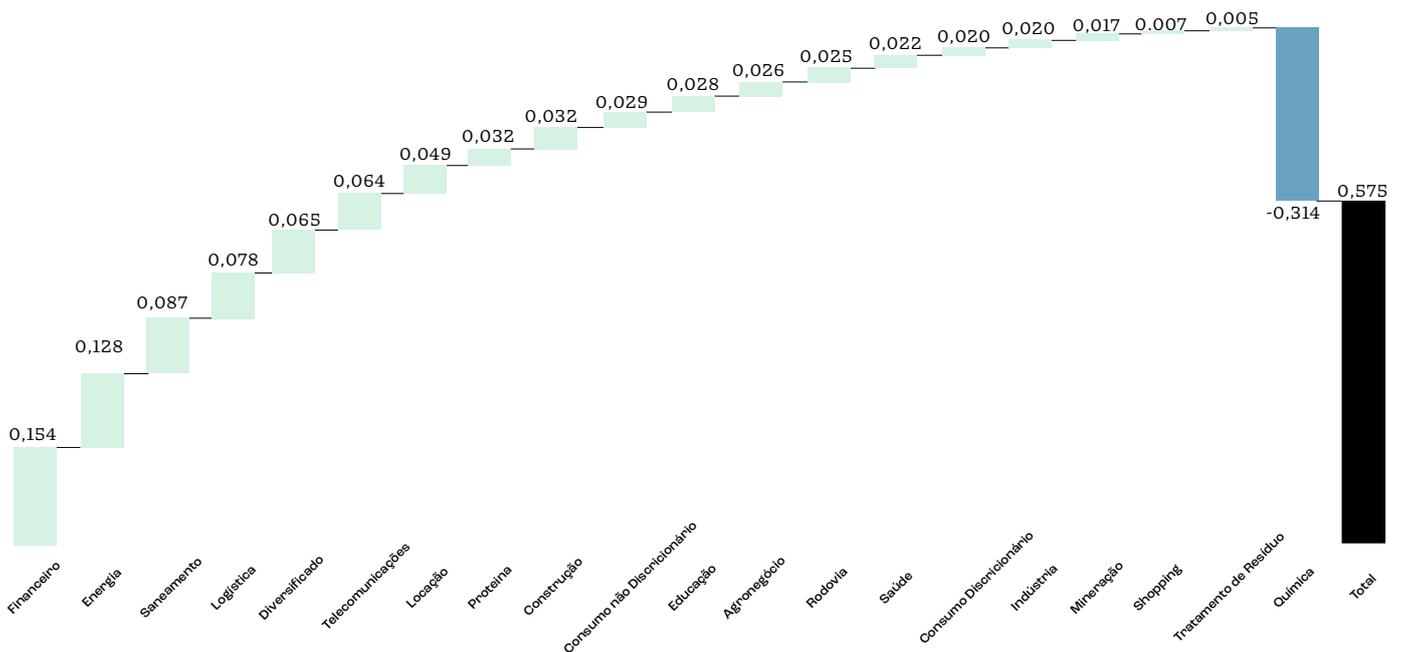
Maio/23 Performance Breakdown por classe de ativo (%)



Fonte: Rio Bravo

-0,127

Maio/23 Performance Breakdown por setor (%)



Fonte: Rio Bravo

A estratégia do time de gestão foi conservar o caixa do fundo e realizar ajustes pontuais na carteira no mercado secundário, preservando valor para os investidores. Atualmente, o **Rio Bravo Crédito Privado** possui um carregamento pós custos de 119% do CDI, portanto, caso a atual situação continue, o investidor poderá auferir desse

nível de retorno. O nosso portfólio conta com mais de 50 emissores e diferentes setores, tornando-se uma carteira pulverizada e com baixa concentração, sendo o maior emissor com menos de 2,5% da carteira. Buscamos alocar em emissores de boa qualidade de crédito e líderes em seus respectivos segmentos de atuação.

Investimentos imobiliários

Anita Scal



Por Anita Scal e Felipe Ribeiro

A escassez de ativos de qualidade e o crescimento do aluguel como nova tendência do setor imobiliário logístico

O mercado de galpões logísticos segue apresentando dados fortes de crescimento, apesar da já prolongada tendência de alta – iniciada em 2020, principalmente em decorrência da pandemia do COVID-19 e do boom do *e-commerce* – e da turbulência macroeconômica de inflação e juros altos na qual o país e o mundo ainda estão inseridos.

As estatísticas do 1º trimestre de 2023 indicam uma absorção bruta apenas 7% menor do que a observada no trimestre anterior e uma taxa de vacância abaixo dos 10%, valor atingido na metade de 2021 e que se mantém até hoje, ao considerarmos todo o estoque brasileiro monitorado pela consultoria Buildings.

Entretanto, há um certo consenso de que os níveis de absorção geral tendem a se estabilizar, com alguma possibilidade de queda em alguns mercados, levando em consideração a grande expansão recente do mercado e o nível de estoque entregue nos últimos meses.

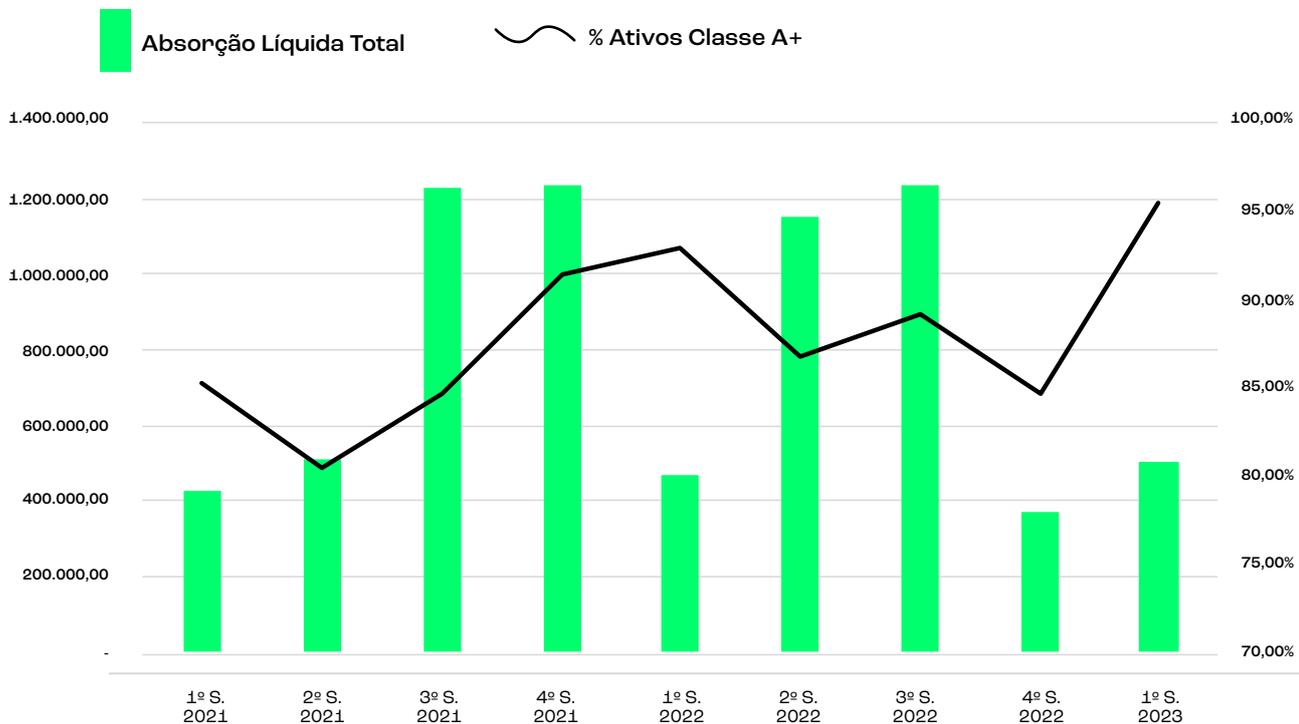
Por outro lado, em uma análise qualitativa das ocupações, ainda é possível enxergar a manutenção da busca por espaços com acesso à infraestrutura de qualidade com

o objetivo de diminuir vários dos riscos de se operar com uma grande e ineficiente cadeia logística de suprimentos. E são exatamente essas premissas que fazem com que uma nova tendência possa estar se estruturando.

Os últimos anos se mostraram “expansionistas” no sentido de que várias empresas ampliaram a sua capacidade instalada. Por consequência, ocuparam maior área nos galpões brasileiros, por vezes em empreendimentos de menor qualidade, simplesmente pelo fato de serem as únicas opções disponíveis naquele momento. Agora, com boa parte dessas expansões já realizadas, as companhias seguem para aperfeiçoar suas operações, buscando ativos de melhor qualidade.

Conforme citado no início do texto, os índices de absorção seguem elevados. Contudo, em uma análise da absorção líquida, ou seja, a área que de fato o mercado cresceu, identificamos que dos 510 mil m² absorvidos no 1º trimestre de 2023, 95% foram em empreendimentos de classe A+, ainda de acordo com a Buildings, sendo essa a maior proporção já observada nos últimos dois anos, como mostra o gráfico a seguir:

Absorção Líquida Total vs % Participação Ativos Classe A+



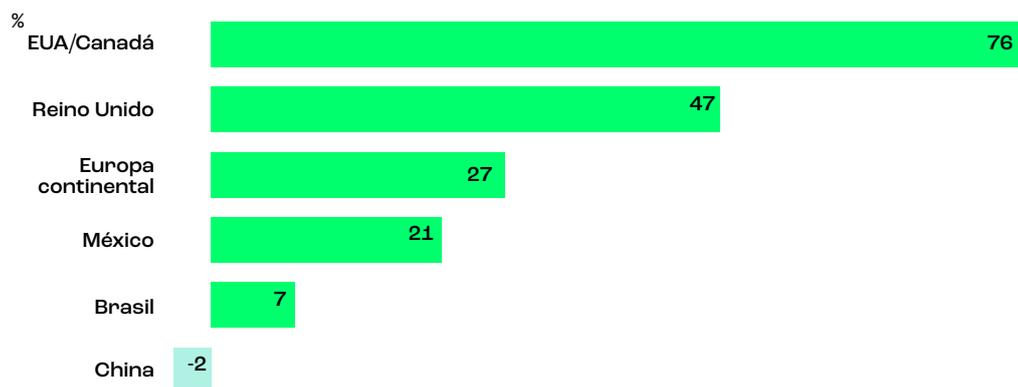
Fonte: Buildings

Esse indicador corrobora a tese de busca de qualidade na ocupação das empresas. Essa alta demanda por ativos recém-construídos e, na maioria das vezes em regiões consolidadas, esbarra na escassez de terrenos disponíveis, no elevado custo de capital atual e no aumento no custo de construção, resultando em valorização real no valor dos aluguéis.

Mesmo o mercado logístico tendo iniciado o ano de 2022 com um valor de locação médio recorde em R\$ 20,88/m², a média atual se encontra a mais de 3 reais acima, em R\$ 23,54/m², o que representa um acréscimo de 12,74% em 12 meses. Como comparação, a chamada “inflação do aluguel”, o IGP-M, apresentou taxa de 5,67%. Em uma análise do IPCA, o fator foi de 6,34%, de acordo com dados do Banco Central.

Ainda na questão dos aluguéis, a Prologis, uma das maiores investidoras do setor logístico, projeta que essa é uma tendência global e até mais representativa em outros países frente ao Brasil. Os valores conhecidos como “*in place*”, ou seja, valores vigentes nos atuais contratos de locação estariam defasados frente ao que seria o “aluguel atual de mercado” e, como resultado, mesmo quem já possui contrato de locação vigente pode esperar um aumento substancial no momento de renegociar novos contratos.

O gráfico a seguir apresenta a diferença percentual entre os dois valores – *in place* e aluguel de mercado, projetada pela Prologis ao analisar o seu próprio portfólio:



Fonte: Prologis Research¹

Podemos projetar que o mercado logístico deverá, sim, passar por uma adaptação a curto prazo, mas sem que haja pressão negativa nos principais índices que afetam os investidores, seja crescimento na taxa de vacância de produtos de qualidade ou redução nos valores médios de locação.

Para o investidor que busca fundos imobiliários com exposição ao setor logístico, olhar a qualidade e a localização dos imóveis dos fundos é primordial, pois será possível surfar esse cenário de ganhos reais do mercado logístico com ativos resilientes, aproveitando o momento de mercado sem perder de vista o caráter de longo prazo do investimento imobiliário.

1. Disponível em: <https://prologis.getbynder.com/m/1744180221c1dcef/original/2023-Rent-Index.pdf>

Renda Variável

Evandro Buccini

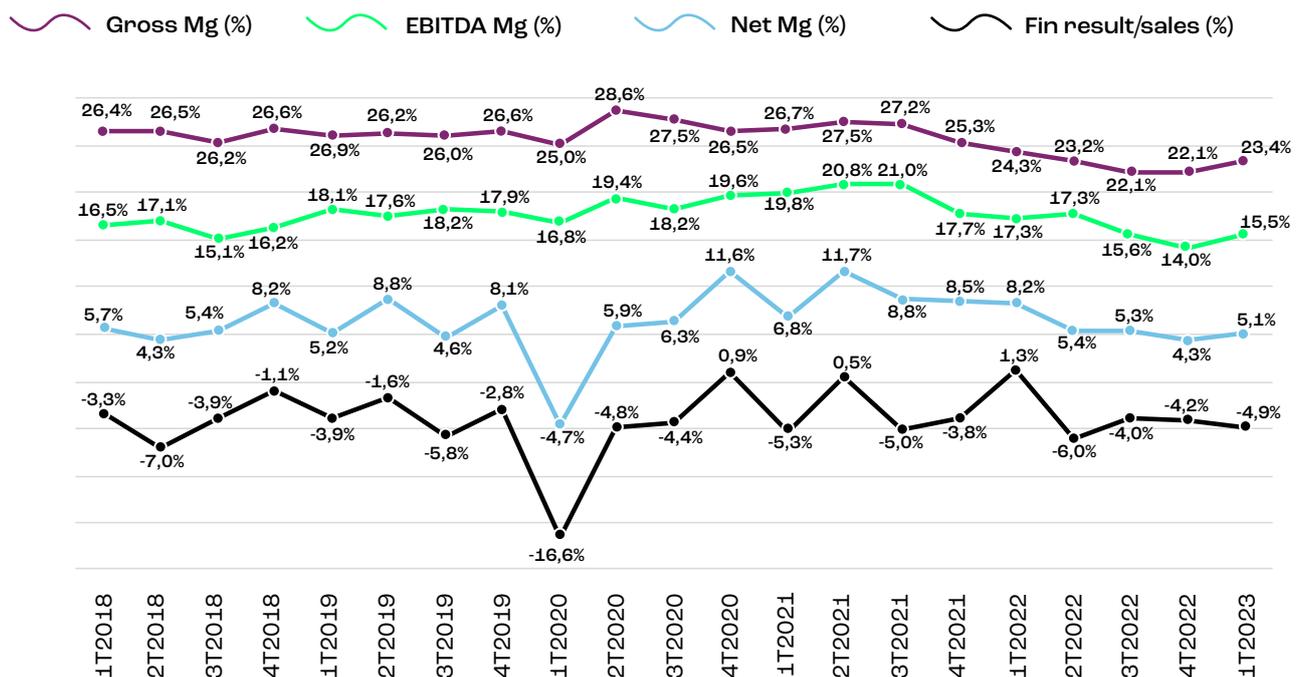
Por Evandro Buccini e Francesco Lupo Pasino

Resultados 1º trimestre 2023

A divulgação dos números do 1º trimestre do 2023 terminou. Todas as empresas do Ibovespa já reportaram os seus resultados. Apesar da contínua pressão nos preços das empresas no mercado secundário por riscos políticos e fiscais, a bolsa, nos primeiros cinco meses do ano de 2023, teve uma performance acumulada próxima a 2,5%. Parte dessa boa melhora no desempenho do Ibovespa pode ser atribuída à temporada de resultados do primeiro trimestre.

Destaque dos resultados:

1. Em uma amostra de 150 empresas, excluindo Petrobras e Vale, vemos os resultados como mistos. As companhias continuam enfrentando um ambiente desafiador, com pressões inflacionárias e de juros que prejudicam os retornos das empresas. Mesmo com o cenário macroeconômico desfavorável, houve reversão da tendência de quedas das margens das companhias, que já durava quatro trimestres.



Fonte: Bloomberg

2.. Vemos um alívio nas despesas operacionais com uma melhora na margem bruta, que passou de 22,1% no 4T22 para 23,4% no 1T23, embora permaneça abaixo da média histórica dos últimos quatro anos de 25,7%.

3. A margem EBITDA da amostra também reverteu a tendência de queda, atingindo 15,5% no último trimestre e se aproximou da média histórica de 17,4%.

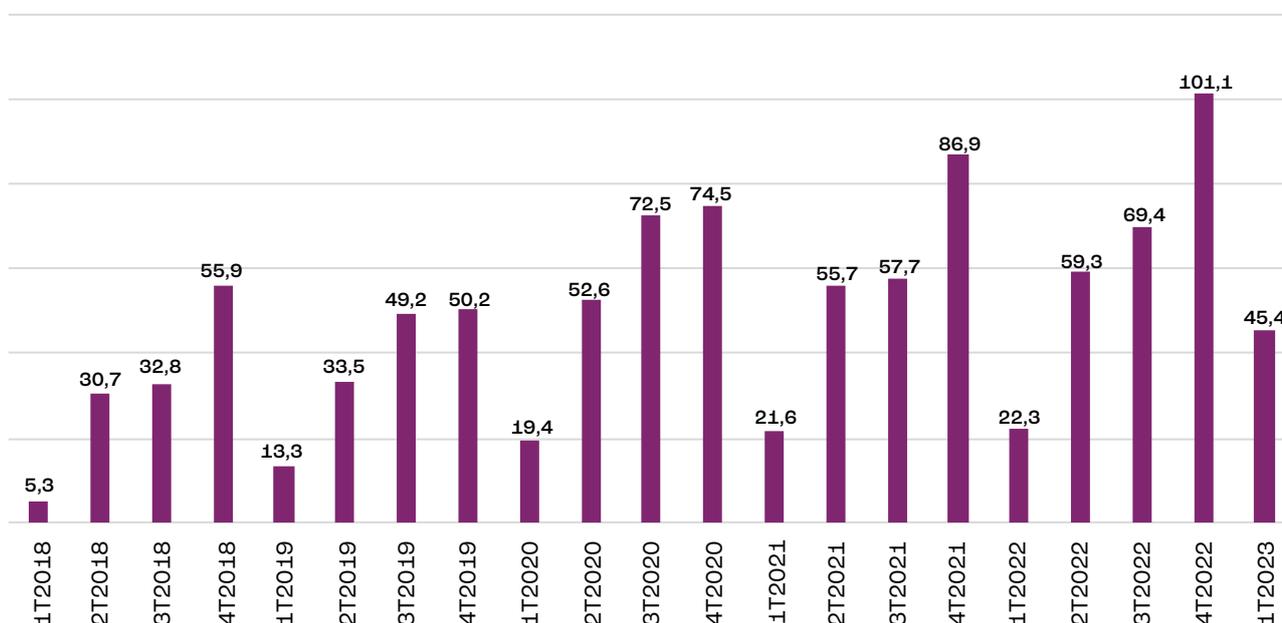
4. Apesar da melhora operacional, as despesas financeiras continuam pressionando os resultados, deixando a margem líquida em 5,1% ou -2,0 p.p. em relação à média histórica.

Alavancagem

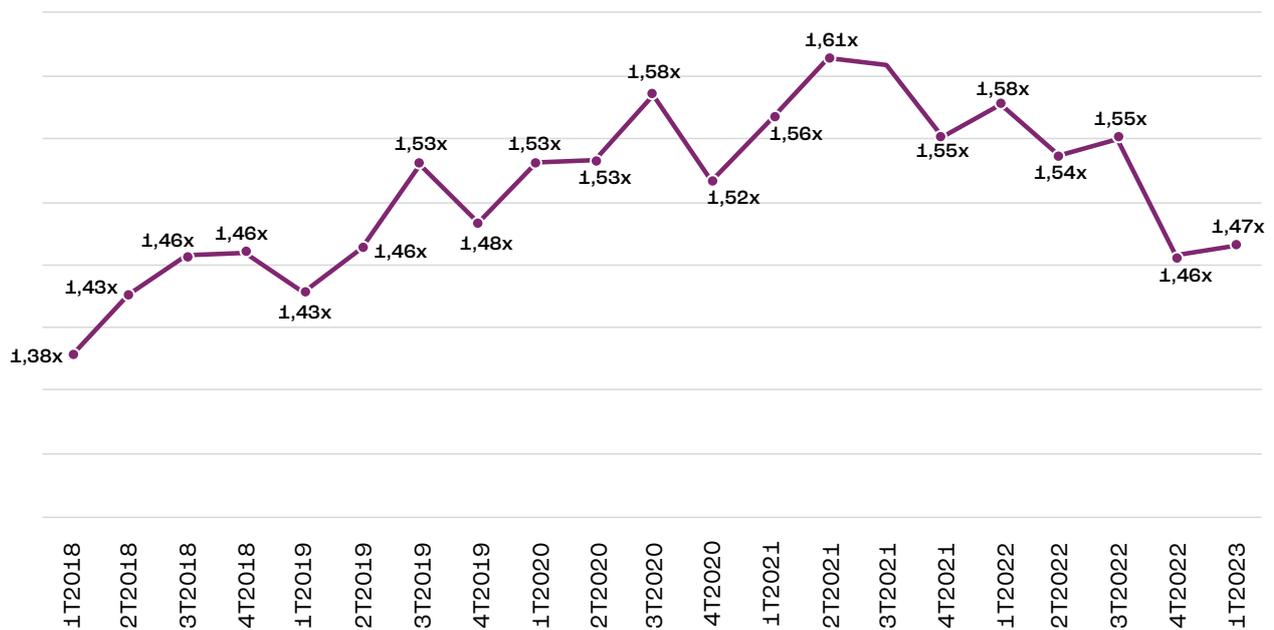
A piora nas despesas financeiras se deve em parte à alta de juros e em parte a um aumento da dívida bruta das companhias, que alcançou no 1T23 R\$ 1180

bilhões, ou + 20% vs 1T22, levando a dívida líquida/ EBITDA a 1,97x vs 1,48x no 1T22. Apesar dessa piora na alavancagem das companhias, consideramos o nível de endividamento adequado para o momento do ciclo macroeconômico. O que chamou a atenção foi a deterioração no índice de liquidez (calculado pela relação do ativo corrente contra o passivo corrente, e serve para sinalizar a capacidade das empresas para fazer frente aos pagamentos de curto prazo). Vemos uma melhora sequencial na geração de caixa operacional das empresas, mas que não se traduz em caixa. Isso sugere que parte do caixa operacional está sendo usado parte para investimento e boa parte para pagamento das amortizações das dívidas captadas nos últimos anos. Com isso, o passivo corrente teve crescimento nos três últimos trimestres 1,5x maior do que o ativo corrente, levando o indicador de liquidez a 1,47x nesse trimestre vs 1,55x no 1T22. Uma piora contínua dos resultados poderia levar a um agravamento na geração de caixa operacional da companhia e, conseqüentemente, a um problema de liquidez.

Fluxo de caixa operacional (em R\$ bilhões)



Liquidity Index



Fonte: Bloomberg

Destaque por setor

- Bancos: Em geral, resultados mistos. Alguns bancos incumbentes (como Itaú e Banco do Brasil) continuam entregando resultados consistentes, mesmo com a margem financeira (Receitas) mais fraca devido ao contexto macroeconômico, aumento das provisões e NPL (Inadimplência).
- Mineração e Siderurgia: Resultados fracos neste setor em função, principalmente, dos maiores custos de produção (principalmente para a Vale) e dos preços realizados de minério de ferro e aço, que vieram mais baixos na comparação anual.
- Papel e celulose: Resultado do 1T23 em geral positivo, sobretudo para Klabin e Irani, que apresentaram uma melhora nas margens mesmo com o custo caixa que continua aumentando e pressionando os retornos.
- Saúde: Resultados mistos, mas o setor se encontra ainda sob pressão. Grosso modo, as operadoras de saúde conseguiram apresentar uma redução da sinistralidade e dar assim um alívio nas margens das empresas. Já os prestadores hospitalares tiveram resultados mistos, com Kora apresentando um resultado fraco, com dificuldades de expansão das margens e redução da alavancagem, enquanto Rede D'or e Oncoclinicas apresentaram números positivos com aumento do ticket médio e diluição das despesas.
- Varejo: Resultados em geral mais fracos, com pressões no crescimento da receita, queda na lucratividade, devido principalmente às integrações dos M&As realizados e ao aumento da alavancagem dos varejistas. O ponto positivo foi o crescimento das vendas nas mesmas lojas, em especial dos varejistas de alimentos, cujo aumento foi acima da inflação.

Performance

	Renda Fixa	Renda Variável		Multimercado		Índices				
	Rio Bravo Crédito Privado FIRF	Rio Bravo Fundamental FIA	Rio Bravo Templeton Climate Change IE FIA	Rio Bravo Sistemático FIC FIM	Rio Bravo Valor Imobiliário FIC FIM	CDI	IBOV	IMA-B	IFIX	MSCI ACWI
Maio 23	0,80	5,90	4,73	-0,99	5,38	1,12	3,74	2,53	5,43	0,56
Abril 23	0,55	3,91	-3,98	-0,72	4,76	0,92	2,50	2,02	3,52	-0,32
Março 23	0,78	-1,93	-2,89	0,47	-0,59	1,17	-2,91	2,66	-1,69	0,30
Fevereiro 23	0,15	-8,08	1,91	-0,97	0,16	0,92	-7,49	1,28	-0,45	-0,92
Janeiro 23	1,07	3,37	6,46	1,25	-2,05	1,12	3,37	-0,00	-1,60	4,67
Dezembro 22	1,20	-4,41	-4,80	0,70	0,07	1,12	-2,45	-0,19	-0,00	-5,43
Novembro 22	1,06	-9,62	11,18	1,15	-4,88	1,02	-3,06	-0,79	-4,15	8,36
Outubro 22	1,11	8,23	3,27	2,06	-0,73	1,02	5,45	1,23	0,02	3,03
Setembro 22	1,23	-1,55	-4,70	-0,79	2,05	1,07	0,47	1,48	0,49	-5,78
Agosto 22	1,25	5,16	-2,39	-1,62	9,36	1,17	6,16	1,10	5,76	-4,03
Julho 22	1,11	4,56	10,64	-0,55	0,88	1,03	4,69	-0,88	0,66	5,85
Junho 22	1,03	-12,61	0,93	-0,87	0,02	1,02	-11,50	-0,36	-0,88	1,26
Maio 22	1,21	-1,07	-3,05	1,97	-	1,03	3,22	0,96	0,26	-3,99
Abril 22	0,90	-10,08	0,39	1,86	-	0,83	-10,10	0,83	1,19	-4,62
Ano	3,38	2,53	5,95	-0,98	7,66	5,37	-1,28	8,76	5,10	4,28
12 meses	12,01	-9,31	19,15	-0,53	14,59	13,53	-2,43	10,98	7,14	6,20
24 meses	22,10	-27,77	-	10,14	-	22,45	-13,72	15,40	7,18	-11,41
36 meses	27,44	3,45	-	9,98	-	25,13	23,18	26,07	14,67	22,60
48 meses	27,88	9,78	-	12,75	-	31,31	12,39	36,17	19,46	63,68
Desde o início	237,70	659,80	11,48	73,13	14,65					
PL Atual (R\$Mil)	264.021,68	2.533,65	18.897,20	6.339,45	5.444,73					
Data de início	14/08/2008	08/09/2004	27/01/2022	17/08/2015	15/05/2022					
Taxa de Administração (a.a.)	0,39%	0,50%	0,30%	1,50%	0,55%					
Taxa de Performance (a.a.)	-	20% do que exceder o ibovespa	-	20% do que exceder CDI	15% do que exceder IFLX					

RIO BRAVO

Paulo Bilyk

Chief Executive Officer
Chief Investment Officer
paulo.bilyk@riobravo.com.br

Gustavo Franco

Senior Advisor
gustavo.franco@riobravo.com.br

Evandro Buccini

Diretor de Renda Fixa e Multimercado
evandro.buccini@riobravo.com.br

Anita Scal

Diretora de Investimentos Imobiliários
anita.spichler@riobravo.com.br

Vanessa Faleiros

Chief Operating Officer
Diretora Jurídico e Compliance
vanessa.faleiros@riobravo.com.br

comercial

comercial@riobravo.com.br

Daniel Sandoval

Diretor Comercial
11 3509-6689
daniel.sandoval@riobravo.com.br

Fabiana Nani

Gerente Comercial
11 3509-6616
fabiana.nani@riobravo.com.br

Vanessa Valente

Gerente Comercial
11 3509-6615
vanessa.valente@riobravo.com.br

Lígia Pereira

Analista Comercial
11 3509-6687
ligia.pereira@riobravo.com.br

relação com investidores

Isabela Perez

11 3509-6657
ri@riobravo.com.br

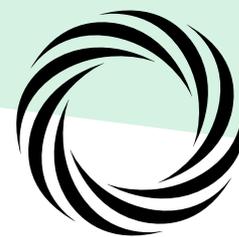
ouvidoria

0800 722 9910
ouvidoria@riobravo.com.br



Este material foi elaborado pela Rio Bravo e não deve ser considerado um relatório de análise para fins. Este material tem caráter meramente informativo, não constitui e nem deve ser interpretado como sendo material promocional, solicitação de compra ou venda, oferta ou recomendação de qualquer ativo financeiro, investimento, sugestão e alocação ou adoção de estratégias por parte dos destinatários. Os prazos, taxas e condições aqui contidos são meramente indicativos. As informações contidas nesse material foram consideradas razoáveis na data em que ele foi divulgado e foram obtidas de fontes públicas consideradas confiáveis. A Rio Bravo não dá nenhuma segurança ou garantia, seja de forma expressa ou implícita, sobre a integridade, confiabilidade ou exatidão dessas informações. Este relatório também não tem a intenção de ser uma relação completa ou resumida dos mercados ou desdobramentos nele abordados. Os ativos, operações, fundos e/ou instrumentos financeiros discutidos nesse material podem não ser adequados para todos os investidores. Este material não leva em consideração os objetivos de investimento, situação financeira ou necessidades específicas de qualquer investidor. Os investidores devem obter orientação financeira independente, com base em características pessoais, antes de tomar uma decisão de investimento. Caso os ativos, operações, fundos e/ou instrumentos financeiros sejam expresso em uma moeda que não a do investidor, qualquer alteração na taxa de câmbio pode impactar adversamente o preço, valor ou rentabilidade. A Rio Bravo não se responsabiliza por decisões de investimentos que venham a ser tomadas com base nas informações divulgadas e se exime de qualquer responsabilidade por quaisquer prejuízos, diretos ou indiretos, que venham a decorrer da utilização deste material ou seu conteúdo. Este material é destinado à circulação exclusiva para a rede de relacionamentos da Rio Bravo, podendo ser divulgado também em seu site. Fica proibida a reprodução ou redistribuição para qualquer pessoa, no todo ou em parte, qualquer que seja o propósito, sem o prévio consentimento expresso da Rio Bravo. Para maiores informações sobre os produtos, tabelas de custos operacionais, acesse www.riobravo.com.br. LEIA O MATERIAL ANTES DE INVESTIR. RENTABILIDADE PASSADA NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA. A RENTABILIDADE DIVULGADA NÃO É LÍQUIDA DE IMPOSTOS. FUNDOS DE INVESTIMENTO NÃO CONTAM COM GARANTIA DO ADMINISTRADOR, DO GESTOR, DE QUALQUER MECANISMO DE SEGURO OU FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITO FGC. ESTE FUNDO TEM MENOS DE 12 (DOZE) MESES. PARA AVALIAÇÃO DA PERFORMANCE DE UM FUNDO DE INVESTIMENTO, É RECOMENDÁVEL A ANÁLISE DE, NO MÍNIMO, 12 (DOZE) MESES. A RENTABILIDADE DIVULGADA NÃO É LÍQUIDA DE IMPOSTOS E TAXA. AS INFORMAÇÕES PRESENTES NESTE MATERIAL TÉCNICO SÃO BASEADAS EM SIMULAÇÕES E OS RESULTADOS REAIS PODERÃO SER SIGNIFICATIVAMENTE DIFERENTES. A RENTABILIDADE AJUSTADA CONSIDERA O REINVESTIMENTO DOS DIVIDENDOS, JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO OU OUTROS RENDIMENTOS ADVINDOS DE ATIVOS FINANCEIROS QUE INTEGREM A CARTEIRA DO FUNDO REPASSADOS DIRETAMENTE AO COTISTA. DESCRIÇÃO DO TIPO ANBIMA DISPONÍVEL NO FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES. ESTA INSTITUIÇÃO É ADERENTE AO CÓDIGO ANBIMA DE REGULAÇÃO E MELHORES PRÁTICAS. Para informações, ligue para +55 11 3509-6600. Para reclamações, utilize o SAC/Ouvidoria: 0800-722-9910.

Conheça nossas estratégias



imobiliários

A Rio Bravo é pioneira em Fundos de Investimento Imobiliário no Brasil e um dos principais *players*, atuando em estruturação, administração e gestão deste produto.



Escritórios

RCRB11 – Rio Bravo Renda Corporativa

Fundo imobiliário de lajes corporativas de localização premium com presença nos principais eixos corporativos de São Paulo.



Educacional

RBED11 – Rio Bravo Renda Educacional

Investimento em imóveis com operações educacionais, contratos atípicos com instituições de ensino de bom risco de crédito.



Varejo

RBVA11 – Rio Bravo Renda Varejo

O primeiro fundo imobiliário do país com foco em varejo de rua. Mais de 70 imóveis, diversificação e locatários de bom risco de crédito.



Fundo de Fundos

RBFF11 – Rio Bravo Fundo de Fundos

fundo de fundos imobiliários com DNA fundamentalista focado em geração de renda.



Logístico

SDIL11 – SDI Rio Bravo Renda Logística

Fundo imobiliário logístico com presença nas principais regiões metropolitanas do país e estratégia last mile com localizações de até 30 km das capitais.



Residencial

RBR11 – Rio Bravo Renda Residencial

Investimentos para renda em ativos residenciais de excelente localização.

Rio Bravo Desenvolvimento Residencial

Fundo com prazo determinado para ganho de capital com a participação no ciclo de incorporação, construção e venda de residências verticalizados em São Paulo.

renda variável

Com histórico de quase 17 anos, a área de renda variável da Rio Bravo é pautada na análise fundamentalista voltada para o longo prazo. Temos histórico comprovado de retorno no longo-prazo, em linha com nossa filosofia de investimento.

Rio Bravo Fundamental FIA

Fundo de ações long-only iniciado em 2004, possui um dos melhores históricos de fundos de ações do mercado brasileiro.

multimercados

A Rio Bravo tem um dos fundos quantitativos mais longevos do mercado brasileiro, com início em 2015, e atua com modelos estatísticos e tecnologia para decidir os melhores instrumentos e para gerenciar o risco.

Rio Bravo Sistemático FIC FIM

Um dos primeiros fundos quantitativos do país, usa inteligência artificial para basear as decisões de investimento.

Rio Bravo Valor Imobiliário FIM

Fundo que busca oportunidades de alocação no mercado imobiliário, aproveitando o momento de baixa de mercado para comprar fundos a preços baixos e gerar ganho de capital com reinvestimento automático de dividendos.

renda fixa e crédito

A área de Renda Fixa da Rio Bravo atua desde 2007 e é formada por profissionais com experiência em gestão de fundos de renda fixa e atuação no mercado de capitais.

Rio Bravo Crédito Privado FI RF

Investimentos em ativos de renda fixa de baixo risco de crédito.

Fundos imobiliários de crédito

4 FIIs com estratégias e maturações diferentes. Portfólio amplo com operações high grade e high yield .

Infraestrutura

RBIF11 - Rio Bravo ESG IS Fi-Infra

Fundo de renda fixa listado que investe em uma carteira diversificada de debêntures incentivadas indexadas à inflação, selecionadas a partir de um processo ESG, com distribuição de rendimentos isentos aos cotistas.



R\$13,3_{bi}

Total Sob Gestão e Administração

RIO BRAVO

Rio Bravo Investimentos

Av. Chedid Jafet, 222, Bloco B, 3º andar - Conj. 32

04551-065 São Paulo SP Brasil

Tel. +55 11 3509-6500



Seu investimento tem poder.

riobravo.com.br